

Informativo Semanal

#COVID-19



AJUFE

24/06

Novos conselheiros e dirigentes tomam posse no TRF4

Tomaram posse nesta tarde (24/6) os novos membros do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), a vice-corregedora regional da Justiça Federal da 4ª Região, os dirigentes da Escola da Magistratura (Emagis), os coordenadores dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região (Cojef), a coordenadora do Sistema de Conciliação da 4ª Região (Sistcon) e o ouvidor da Corte. A sessão solene foi realizada de forma remota e transmitida online pela plataforma Zoom.

O presidente do TRF4, desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, coordenou a cerimônia e deu posse aos novos integrantes da Administração do Tribunal. Eles vão atuar no período de junho de 2021 até junho de 2023.

Continue lendo...

24/06

Acordo de conciliação encerra processo ambiental na região da praia de Joinville (SC)

Nesta semana (23/6), foi assinado um acordo de conciliação em processo de matéria ambiental que tramitava na Justiça há cerca de 22 anos. A audiência que definiu os termos do acordo foi promovida pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região/Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (Sistcon/Nupe-mec) e ocorreu no início do mês, no dia 7/6. O processo era referente a uma área na praia de Vigorelli, localizada em Joinville (SC).

Assinaram o acordo conciliatório representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Município de Joinville.

Continue lendo...

24/06

Ex-integrante do grupo Polegar é condenado por tráfico de armas

O ex-integrante do grupo polegar Rafael Ilha teve a condenação por tráfico de armas confirmada pela 8ª Turma do TRF4 ontem (23/6). A mulher do cantor também foi condenada. Eles foram presos em flagrante em julho de 2014 enquanto vinham do Paraguai para o

Brasil, após ultrapassar a Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu (PR), portando uma espingarda calibre 12 e 50 cartuchos de munição. Para a Receita Federal, Rafael disse que a arma sem registro era para uso próprio. As munições estavam com a mulher. A pena dele ficou em 2 anos, 10 meses e 20 dias e a dela em 2 anos e 8 meses, 8 meses a mais do que havia sido estipulado em primeira instância.

Continue lendo...

23/06

Em reunião com deputada Bia Kicis, Ajufe pede urgência na votação do PL sobre perícias na CCJ

O presidente da Ajufe, Eduardo André, e o vice-presidente na 1ª Região, Caio Marinho, participaram, nesta quarta-feira (23/06), de reunião com a deputada Bia Kicis, que preside a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, para tratar do projeto de Lei 3914/2020, que dispõe sobre o pagamento dos honorários periciais dos médicos peritos da Justiça Federal.

Na ocasião, a Ajufe pediu urgência para que o projeto seja pautado na CCJ. Desde o ano passado, a associação, acompanhada de representantes do Instituto Brasileiro de Perícia Médica tem fortalecido o diálogo com o parlamento para que o PL seja apreciado.

Continue lendo...

23/06

Justiça Federal concede liminar para impedir doação de livros e exclusão de documentos do acervo da Fundação Palmares

O juiz federal Erik Navarro Wolkart, da 2ª Vara Federal de São Gonçalo, concedeu liminar, nesta quarta-feira (23/06), para impedir a Fundação Palmares de excluir livros, folhetos, folders e catálogos pertencentes à instituição.

A medida vem após anúncio do presidente da Fundação, Sérgio Camargo, de que iria excluir todos os arquivos atrelados ao guerrilheiro comunista Carlos Marighella. O anúncio foi feito nas suas redes sociais e ocorre em meio a uma série de censuras promovidas pela Fundação.

Continue lendo...

23/06

Roberto Veloso e Fernando Mendes descerram fotos na galeria de presidentes da Ajufe

Com a presença de ministros do STJ, magistrados, juristas e familiares, os ex-presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Roberto Veloso e Fernando Mendes, descerraram seus respectivos retratos na Galeria dos Presidentes da Ajufe, em Brasília, nesta quarta-feira (23).

Roberto Veloso esteve à frente da Associação de junho de 2016 a junho de 2018 e Fernando Mendes entre os anos de 2018 e 2020.

[Continue lendo...](#)

23/06

Ajufe reúne-se com conselheiro Mário Guerreiro para tratar da regulamentação das prestações pecuniárias

Os juizes federais Rafael Wolff e Débora Valle, que integram a Comissão da Ajufe que acompanha a reforma do CPP, reuniram-se com o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Mário Guerreiro, nessa terça-feira (22/06), para tratar da regulamentação das prestações pecuniárias. A medida está prevista na proposta de alteração da Resolução 154/2012.

Durante a reunião, os magistrados afirmaram que a associação está permanentemente preocupada no aprimoramento dessa regulamentação, sempre atenta à necessidade da transparência dessas verbas e também para viabilizar a melhor aplicação possível para que os valores retornem da forma mais efetiva possível para a sociedade.

[Continue lendo...](#)

22/06

Ajufe faz visita institucional ao ministro da Justiça

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Eduardo André, e o vice-presidente na 1ª Região, Caio Marinho, fizeram uma visita institucional, nesta terça-feira (22/06), ao ministro da Justiça, Anderson Torres, que assumiu a pasta em março deste ano.

Na oportunidade, a Ajufe apresentou a gestão atual ao ministro e se colocou à disposição para fortalecimento do diálogo interinsti-

tucional com o governo.

[Continue lendo...](#)

22/06

TRF3 garante aposentadoria por invalidez a faxineira portadora de epilepsia

A Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) manteve sentença que determinou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a concessão de aposentadoria por invalidez a uma faxineira portadora de epilepsia. Segundo a decisão, trata-se de uma doença neurológica de difícil controle clínico com crises que geram risco de acidentes e impossibilitam o retorno da segurada ao trabalho.

Em primeira instância, a Justiça Federal já havia concedido o benefício previdenciário, desde a data do requerimento administrativo. A autarquia federal recorreu ao TRF3, alegando que não ficou comprovada nos autos a incapacidade de trabalho da autora da ação.

[Continue lendo...](#)

22/06

Prazos e prorrogações da licença à adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença à gestante independentemente da idade da criança adotada

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou provimento à remessa oficial e à apelação, confirmando a sentença que concedeu a segurança para ampliar a licença à adotante para o período de 180 dias, em homenagem ao princípio da isonomia previsto na Constituição, ao fundamento de que "os cuidados a serem dispensados pela mãe biológica à criança são indiscutivelmente iguais àqueles a serem dispensados pela mãe adotante".

Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Wilson Alves de Souza, ressaltou que o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou no Tema 782 a tese de que "Os prazos da licença adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença à gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações. Em relação à licença à adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada".

[Continue lendo...](#)

22/06

XIV Fórum da Esmaf debate a Reforma Tributária no Contexto da Pandemia

Nesta terça-feira (22), ocorreu o XIV Fórum Jurídico com o tema: "Questões Relevantes da Reforma Tributária no Contexto da Pandemia", realizado pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf), com transmissão ao vivo pelo canal da Esmaf no YouTube. O evento contou como coordenador e mediador o juiz federal, Eduardo Morais da Rocha, que falou sobre o tema: "Princípios da capacidade contributiva e da proibição do confisco das pessoas físicas e jurídicas no contexto socioeconômico da crise provocada pela pandemia da Covid-19, visando o desenvolvimento sustentável de uma sociedade justa e solidária no Projeto de Reforma Fiscal-Tributária da República Federativa do Brasil".

[Continue lendo...](#)

22/06

Intimação do Ministério Público é obrigatória em ação de desapropriação para fins de reforma agrária

É imprescindível a intervenção do Ministério Público em todas as fases de processos relacionados à desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Com esse fundamento, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) declarou de ofício a nulidade de sentença e não julgou a apelação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que objetivava vistoria de avaliação do grau de produtividade de gleba rural expropriada para fins de reforma agrária.

[Continue lendo...](#)

22/06

Prêmio Innovare anuncia novos membros da Comissão Julgadora

Membros da Comissão Julgadora e do Conselho Superior do Instituto Innovare reuniram-se na tarde desta segunda-feira, 21 de junho, para alinhar os detalhes sobre a fase de avaliação das práticas inscritas na 18ª Edição. A premiação, de alcance nacional, destaca e divulga as boas práticas jurídicas desenvolvidas por profissionais relacionados à justiça brasileira, e que têm como objetivo aprimorar e tornar o atendimento jurídico mais acessí-

vel à população.

Ao todo, 634 práticas de todo o Brasil estão concorrendo nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia, Justiça e Cidadania e CNJ/Tecnologia.

[Continue lendo...](#)

21/06

CJF libera R\$ 32,1 bilhões em precatórios alimentícios e comuns

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$ 32.177.244.956,16 relativos ao pagamento de precatórios alimentícios e comuns, que deverão ser depositados pelos Tribunais até o último dia útil do mês de junho, sendo R\$ 17.708.742.300,12 de alimentícios e R\$ 14.468.502.656,04 de comuns, para um total de 109.360 processos, com 173.659 beneficiários.

Do total geral, R\$ 9.685.585.611,86 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílio-doença, pensões e outros benefícios, que somam 68.111 processos, com 94.955 beneficiários.

[Continue lendo...](#)

21/06

Projeto da JFPE é reconhecido pelo CNJ como exemplo de ações do Poder Judiciário para Agenda 2030

O projeto "Modernização da Prova da Atividade Rural nos Juizados Especiais Federais (JEFs)", idealizado, concebido e empreendido pelo juiz federal Fernando Ximenes, da 25ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco (Goiana/PE), em 2020, foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um dos exemplos de iniciativas do Poder Judiciário Brasileiro que contribuem para a implantação da Agenda 2030.

Como forma de viabilizar e dar continuidade à tramitação de processos de aposentadorias para trabalhadores rurais no interior do estado, o magistrado passou a autorizar, como meio de prova, o registro audiovisual das condições de vida e trabalho, produzido pelos advogados dos requerentes a partir de smartphones. Imagens da casa, dos equipamentos e do dia a dia de trabalho passaram a auxiliar o juiz na aferição do exercício da atividade rural. A filmagem, feita em data previamente agendada, pode ser acompanhada

por representantes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e pelo próprio magistrado.

[Continue lendo...](#)

21/06

CAIXA deve indenizar cliente por inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito

A Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) condenou a Caixa Econômica Federal (Caixa) a indenizar, em R\$ 8 mil, por danos morais, um cliente que teve o nome inscrito no cadastro de emitentes de cheque sem fundo (CCF), em decorrência de cobrança indevida.

O autor da ação havia aberto conta corrente destinada à movimentação de recursos e despesas de campanha, na eleição de 2014, conforme determina a Lei nº 9.504/97. Segundo ele, a Caixa realizou cobrança de tarifa de manutenção da conta, o que seria vedado pela legislação.

[Continue lendo...](#)

21/06

Sistema da Justiça Federal paulista agiliza elaboração de documentos nos processos

Em todos os gabinetes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), o sistema SIGMA levou inovação para ranquear modelos de ato judiciais, economizar tempo e aperfeiçoar as decisões de magistrados e magistradas. A ferramenta auxilia na produção de minutas. A facilidade na busca de modelos apoia a produção intelectual, evita a possibilidade de decisões conflitantes, incentiva a melhora gradativa dos textos base e acelera a produtividade.

O sistema funciona dentro do Processo Judicial eletrônico (PJe) e vai além de uma simples adereço tecnológico, pois ajudou na forma de trabalhar de servidores e servidoras. "A inovação é uma mudança de processo de trabalho, não é necessariamente tecnológica", reflete Máira Záu, assessora de desenvolvimento integrado e gestão estratégica no TRF3.

[Continue lendo...](#)

21/06

Ajufe participa de webinar que debate a Agenda 2030 da ONU

Nesta segunda-feira (21), o Supremo Tribunal Federal promoveu o webinar "Suprema Corte e diálogos sobre a Agenda 2030", na modalidade virtual. O evento teve como objetivo debater a atuação do Poder Judiciário na concretização das metas formuladas na agenda global para o desenvolvimento sustentável. Durante a abertura, o ministro do STF Luiz Fux lembrou que a Agenda 2030 da ONU representa um pacto de intenções dos 193 Estados-membros das Nações Unidas. "[São] 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), concretizados mediante aos Direitos Humanos reconhecidos em ordenamentos internacionais e domésticos. Desde 2017, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem estimulado os tribunais brasileiros a incorporar os princípios vetores da Agenda 2030 em suas atividades institucionais, em um esforço único", destacou.

[Continue lendo...](#)

21/06

STF promove evento virtual sobre a Agenda 2030

O Supremo Tribunal Federal (STF) promove, nesta segunda-feira (21), o webinar "Suprema Corte e diálogos sobre a Agenda 2030" para discutir o papel do Poder Judiciário na concretização das metas formuladas na agenda global para o desenvolvimento sustentável. O evento terá quatro painéis, com participação de ministros do STF e tribunais superiores, além de representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da República, da Organização das Nações Unidas e de associações da magistratura. O fotógrafo Sebastião Salgado, membro do Observatório do Meio Ambiente do CNJ, também apresenta mensagem no webinar.

[Continue lendo...](#)

18/06

Diretoria da Ajufe mantém o trabalho parlamentar para tratar da ampliação dos TRFs e criação do TRF6

A diretoria da Ajufe reuniu-se com a assessoria do senador Dário Berger, virtualmente, nesta sexta-feira (18). O encontro teve como objetivo solicitar a urgência da aprovação dos PLSs (5919 e 5977/2019) que tratam da ampliação dos cinco Tribunais Regionais Fede-

rais e da criação do TRF da 6ª Região. Durante a reunião, a diretoria da Ajufe explicou que a ampliação e criação do TRF6 não acarretará em custos à União, uma vez que os cargos serão ocupados por juízes titulares, das cinco regiões atuais, para serem promovidos. Além disso, os diretores lembraram que o novo Tribunal será implementado no atual prédio da Justiça Federal de Minas Gerais, dispensando novos custos.

Continue lendo...

18/06

Trabalho Parlamentar: Diretoria da Ajufe reúne-se com senadores

Durante esta semana, a Diretoria da Ajufe reuniu-se com os senadores Angelo Coronel, Flávio Arns e Dário Berger (assessoria) entre os dias 15 e 18 de junho, para solicitar a urgência da aprovação dos PLSs (5919 e 5977/2019) que tratam da criação do TRF da 6ª Região e da ampliação dos cinco Tribunais Regionais Federais.

Durante os encontros, os magistrados explicaram que a ampliação e criação do TRF6 não acarretará custos à União, uma vez que os cargos serão ocupados por juízes titulares, das cinco regiões atuais, para serem promovidos. Além disso, os diretores lembraram que o novo Tribunal será implementado no atual prédio da Justiça Federal de Minas Gerais, dispensando novos custos.

Continue lendo...

18/06

Conversa com o Judiciário - "Mitos e verdades em tempos de pandemia"

As médicas Ludhmila Hajjar, diretora de Ciência e Inovação do Instituto Brasileiro de Cardiologia e Margareth Dalcolmo, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, debatem sobre os mitos e verdades em tempos de pandemia, no podcast "Conversa com o Judiciário", apresentado pelo Ministro Luis Felipe Salomão, no dia 22 de junho.

Continue lendo...



AJUFE